

A NATUREZA ENQUANTO MERCADORIA NO ESPAÇO URBANO: OS BAIROS DO RIO COMPRIDO E DE SANTA TERESA, RJ

Aluno: João Paulo Monte de Santana
Orientador: Álvaro Ferreira

Introdução

Nota-se na cidade do Rio de Janeiro um uso diferenciado do solo urbano por parte de diversos agentes, que o realizam (através das práticas sociais interagidas no cotidiano) culminando numa organização socioespacial peculiar e detentora de contradições e conflitos, no bojo de uma sociedade capitalista profundamente desigual. Como um dos elementos dessa peculiaridade temos a paisagem constituída de fragmentos florestais concernentes ao bioma Mata Atlântica, atrelado à especificidade físico-montanhosa. Assim, a partir de subespaços contíguos dos bairros do Rio Comprido e de Santa Teresa, tenta-se demonstrar as diferentes formas e usos da natureza enquanto mercadoria, no contexto da expansão urbana da cidade.

Objetivo

Neste trabalho pretende-se analisar e demonstrar como partes limítrofe-administrativas dos bairros supracitados se configuram de forma tão distinta no que tange à organização espacial e ao uso da natureza como recurso, imbricado ainda, ao discurso preservacionista.

Metodologia

A natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re) direcionados à lógica capitalista de acumulação infinita. Logo, para produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias. Enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido. Assim “as relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” [5]. Nesta concepção, a natureza enquanto mercadoria transformar-se-ia, na medida em que faz parte da dinâmica da reprodução societal.

Além disso, o espaço revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geram também as condições de reprodução das relações sociais [3]. Segundo Corrêa [2], “por se tratar de uma espacialidade situada no bojo de uma sociedade de classes, desigual, a espacialidade implica desigualdades, refletindo e condicionando a sociedade de classes, e tendendo à reprodução das desigualdades”.

Considerando o contexto histórico atrelado ao aprofundamento das desigualdades, nos anos de 1950 e 1960, verifica-se a parcialidade do Estado ao apoiar “os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” [1]. É nesse contexto que visualmente espaços próximos (vizinhos) se tornam tão distantes aos olhos de quem passa rapidamente ou mesmo de quem lá mora, pois o bairro de Santa Teresa, contrapondo-se ao

Rio Comprido, apresenta características claramente mais conservadas, no que diz respeito à vegetação florestal, mesmo havendo a ocorrência de favelas também.

Dessa forma, essa paisagem constituída de resquícios florestais, ou essa natureza enquanto mercadoria, é valorizada ao ser preservada, isto é, o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais” começam a ser determinados para o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com as estratégias imobiliárias. Assim, a conservação não quer dizer necessariamente uma conscientização relacionada aos serviços ambientais que a natureza pode oferecer.

Conclusões

Apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, baseada nas relações de poder, é possível buscar uma alternativa justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação [4], pois, não são todos os agentes sociais, e nem em todos os momentos que há esta concepção alienada.

Daí a importância dos agentes sociais, mais especificamente os moradores das favelas existentes nos dois bairros, que possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização coletiva e ecológica de respeito mútuo, pouco a pouco, de baixo para cima, (re) construindo rupturas e transformando as continuidades que edificam a lógica exploratória capitalista.

Referências Bibliográficas

[1] ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio: 1987.

[2] CORRÊA, Roberto Lobato. O meio ambiente e a metrópole. In: ABREU, M. A. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

[3] GODOY, Paulo. **Uma reflexão sobre a produção do espaço**. Revista Estudos Geográficos, v. 2, n. 1, p. 29 – 42, jan./jun. 2004.

[4] MIRANDA, Ana Luisa. **Cotidiano, ação e poder**. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: UFG, 2004.

[5] SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.